



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Pró-Reitoria de Graduação
Diretoria de Processos Seletivos



PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO(A)

12 de novembro de 2016
Início: 13h30min
Término: 17h30min

TIPO 1

SÓ ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Este caderno de provas contém **30** questões assim distribuídas:
2. Fique atento aos avisos a serem feitos pelo chefe de setor.
3. Após ser autorizado, abra o caderno, verifique o seu conteúdo e solicite imediatamente a troca caso falem folhas ou existam falhas na impressão.
4. Transfira cada uma de suas respostas para a **Folha de Respostas** conforme as instruções lá contidas.
5. Para se dirigir aos fiscais, levante o braço e aguarde ser atendido.
6. **O candidato que for flagrado portando quaisquer aparelhos eletrônicos, mesmo desligados – inclusive telefone celular – terá a sua prova anulada. Não leve esses aparelhos eletrônicos para o banheiro, pois o porte desses, nessa situação, também ocasionará a anulação da prova.**
7. É de responsabilidade do candidato a entrega de suas Folhas de Respostas.
8. Ao término da prova, este caderno deverá ser levado pelo candidato.

OBS.: os fiscais não estão autorizados a dar informações sobre esta prova.

RRASCLUNHO

QUESTÃO 01

A empresa pública “X”, constituída pela União Federal, que explora atividade econômica precisa licitar o serviço de manutenção de elevadores. Qual é a legislação básica a ser observada?

- A) Lei 9.472/97, que instituiu o pregão na ANATEL.
- B) Lei de Licitações – Lei 8.666/93.
- C) Estatuto jurídico da Empresa Pública – Lei 13.303/16.
- D) Lei 10.520/02, que instituiu o pregão em âmbito nacional.

QUESTÃO 02

A autarquia federal de ensino “Y” está conduzindo processo administrativo para apurar denúncia envolvendo determinado projeto de pesquisa. O professor orientador foi intimado a apresentar determinado documento e está inerte há mais de trinta dias. O que a autoridade condutora do processo deve fazer?

- A) Promover o andamento do processo, face ao princípio da oficialidade.
- B) Aguardar a manifestação dos interessados, em atendimento ao princípio da inércia da jurisdição.
- C) Aguardar a manifestação da autoridade face ao princípio da vedação à prova ilícita.
- D) Representar ao Ministério Público para ação civil pública por improbidade.

QUESTÃO 03

O Prefeito da cidade “X”, ao entender ser de utilidade pública a existência no prédio da Prefeitura de um setor para venda de alimentos, resolve repassar para a iniciativa privada o uso remunerado de pequeno espaço por um período de dois anos.

Assinale a alternativa que apresenta o instituto jurídico mais adequado para a efetivação desta proposta.

- A) Cessão de uso.
- B) Locação.
- C) Autorização de uso.
- D) Permissão de uso.

QUESTÃO 04

O governador do Estado “Z” escolheu o servidor efetivo “X” para exercer a função de confiança de gestão de contratos. O ato deve ser instrumentalizado por meio de

- A) nomeação de ofício.
- B) designação.
- C) nomeação a pedido.
- D) promoção.

QUESTÃO 05

O servidor "X" foi aposentado por tempo de serviço por decreto do Prefeito. Passados três meses descobriu-se que o servidor apresentou certidão falsa para comprovar o período de 4 anos necessários para completar o referido tempo. Nesta situação, o que o prefeito deve fazer?

- A) Revogar o decreto.
- B) Editar ato de convalidação para aposentadoria proporcional.
- C) Manter o ato por força do direito adquirido.
- D) Invalidar o ato administrativo concessivo.

QUESTÃO 06

Em relação à dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Quando não comparecem licitantes para o certame, ocorre a chamada "licitação fracassada".
- B) As hipóteses de licitação dispensável compõem rol taxativo na Lei de Licitações.
- C) Para configurar hipótese de inexigibilidade na contratação de serviços técnicos especializados, exige-se singularidade do serviço.
- D) As hipóteses de licitação inexigível compõem rol exemplificativo na Lei de Licitações.

QUESTÃO 07

Não é(são) bem(bens) passível(is) de desapropriação no Direito brasileiro

- A) os bens de valor cultural.
- B) a moeda corrente no país.
- C) a propriedade rural produtiva.
- D) os semoventes.

QUESTÃO 08

Quanto à atuação vinculada e discricionária da Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) A atuação é vinculada para a autoridade hierarquicamente inferior quando a lei for omissa.
- B) Há atuação discricionária diante de elementos objetivos para a escolha.
- C) A conduta é vinculada quando a lei permite duas opções válidas.
- D) Há atuação discricionária quando a lei prevê a competência, mas não esclarece a conduta.

QUESTÃO 09

Políticas públicas, segundo Di Pietro, “são metas e instrumentos de ação que o Poder Público define para a consecução de interesses públicos que lhe incumbe proteger”.

Quanto ao controle judicial das políticas públicas, é correto afirmar que:

- A) É dado ao Judiciário competência para complementar a definição das políticas públicas.
- B) O Judiciário pode controlar políticas públicas no sentido de garantir o mínimo existencial.
- C) O Judiciário pode determinar à Administração a inclusão de verbas, mesmo se não houver previsão na lei de diretrizes e no plano plurianual.
- D) O Judiciário pode traçar planejamento das políticas públicas a serem cumpridas pelo Executivo.

QUESTÃO 10

O ato administrativo é vetor pelo qual a Administração Pública se dinamiza no espaço e no tempo. Em relação a essa afirmativa, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) O ato administrativo de autorização é unilateral, discricionário e precário.
- B) Atos administrativos com vício no elemento “finalidade” permitem convalidação.
- C) A caducidade é forma extintiva do ato administrativo pelo advento de nova norma que torna inadmissível situação antes permitida.
- D) Na revogação extingue-se ato administrativo válido.

QUESTÃO 11

O novo CPC reservou capítulo específico para dispor sobre a capacidade processual. Em relação a essa afirmativa, é correto afirmar que:

- A) A massa falida é representada em juízo por curador especial.
- B) O réu revel, citado com hora certa, é representado em juízo por curador especial enquanto não constituir advogado.
- C) O espólio é representado em juízo pelo administrador judicial.
- D) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor e do réu é indispensável.

QUESTÃO 12

Em relação aos princípios constitucionais aplicáveis ao processo civil, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A Constituição consagra o princípio da motivação dos atos decisórios.
- B) A Constituição da República adota como direito fundamental o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.
- C) A Constituição de 88 elegeu de forma explícita o princípio da celeridade do processo.
- D) A Constituição de 88 elegeu o princípio da prova ilícita.

QUESTÃO 13

Quanto aos dispositivos do novo CPC, é correto afirmar que:

- A) Não é admissível ação meramente declaratória quando tenha ocorrido violação do direito.
- B) O novo CPC adotou o incidente de desconsideração da personalidade jurídica como forma de intervenção de terceiros.
- C) O “amicus curiae” não pode recorrer da decisão que julgar o incidente de demandas repetitivas.
- D) O juiz não exerce o poder de polícia na direção do processo, sendo este privativo dos administradores públicos.

QUESTÃO 14

O novo CPC dedicou um título para a intervenção de terceiros no processo. Considerando essa possibilidade de inserção de terceiros no seio da relação processual, assinale a alternativa correta.

- A) Feita a denúncia à lide pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante, mas não pode acrescentar novos argumentos à petição inicial.
- B) No chamamento ao processo, alguém pretende, em parte, o direito sobre o qual controvertem autor e réu.
- C) Haverá assistência litisconsorcial obrigatória nos casos de litisconsórcio facultativo e unitário.
- D) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição.

QUESTÃO 15

Em relação à comunicação dos atos processuais, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A citação pessoal pode ser feita na pessoa do preposto quando a ação se originar de atos por ele praticados.
- B) Quando a intimação não for realizada por meio eletrônico, considera-se feita pela publicação dos atos no órgão oficial.
- C) A intimação dos atos do processo promana de ato determinante do juiz, não podendo o advogado de uma parte promover a intimação do advogado da outra parte.
- D) Se necessário, a intimação também pode ser efetuada com hora certa ou por edital.

QUESTÃO 16

O novo CPC reservou um título para normatizar o procedimento comum. Nesse contexto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A interpretação do pedido deve ser restrita e objetiva.
- B) Na petição inicial, deve constar o endereço eletrônico.
- C) Quando o juiz determina a complementação da petição inicial, deve indicar com precisão o que deve ser corrigido ou complementado.
- D) A petição inicial pode ser indeferida quando a parte for manifestamente ilegítima.

QUESTÃO 17

O processo pode ser extinto com ou sem resolução de mérito. Quanto a esta matéria, é correto afirmar que haverá extinção do processo

- A) sem resolução de mérito quando o juiz reconhecer a prescrição.
- B) sem resolução de mérito quando o juiz acolher alegação de coisa julgada.
- C) com resolução de mérito quando ocorrer convenção de arbitragem.
- D) com resolução de mérito quando ocorrer confusão entre autor e réu.

QUESTÃO 18

Em relação ao tempo, lugar e prazos dos atos processuais, é correto afirmar que:

- A) Os atos processuais ficam suspensos de 1º a 31 de janeiro.
- B) Os atos processuais são realizados na sede do juízo.
- C) No processo eletrônico, a prática de ato processual pode ocorrer até as 24 horas do último dia do prazo.
- D) Processa-se, durante as férias forenses, a produção de prova pericial.

QUESTÃO 19

O novo CPC dedicou livro específico para normatizar a formação, suspensão e extinção do processo. Em relação a esta matéria, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for distribuída.
- B) O processo não suspende sua tramitação diante do incidente de demandas repetitivas.
- C) O prazo de suspensão do processo não pode exceder 2 anos.
- D) A extinção do processo decorre de sentença.

QUESTÃO 20

O novo CPC dedicou seção específica para a “modificação de competência”. Diante das normas dessa seção, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida, será proferida sentença sem resolução de mérito.
- B) A competência relativa pode modificar pela continência.
- C) Consideram-se conexas duas ações que têm em comum o pedido ou a causa de pedir.
- D) Na conexão, o pedido de uma ação é mais amplo e abrange o das demais.

QUESTÃO 21

A Constituição da República normatiza como direito político a soberania popular. São instrumentos de sua realização segundo a Constituição, **EXCETO**:

- A) Iniciativa popular.
- B) Plebiscito.
- C) Referendo.
- D) Audiência pública.

QUESTÃO 22

Em relação ao direito de greve do servidor público, é correto afirmar que:

- A) O direito de greve é norma constitucional de eficácia contida.
- B) É garantido o direito de greve nos termos de lei complementar.
- C) O mandado de injunção tem sido o remédio jurídico aceito pelo Supremo Tribunal Federal para legalizar a greve dos servidores públicos.
- D) A garantia do direito de greve do servidor público é norma constitucional de eficácia plena.

QUESTÃO 23

As normas básicas do processo legislativo estão previstas na Constituição. Em relação a elas, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A Constituição elenca as espécies normativas que compõem o processo legislativo.
- B) São de iniciativa privativa do Presidente as leis que criam cargos no âmbito da federação.
- C) Para se aprovar emenda constitucional, exige-se *quorum* qualificado de três quintos dos parlamentares em dois turnos de votação.
- D) É vedada a edição de medida provisória em matéria relativa à cidadania.

QUESTÃO 24

A Constituição da República, EM seu art. 5º, normatiza sobre os direitos e garantias fundamentais. Em relação a esta matéria, assinale a alternativa correta.

- A) A Constituição admite direitos constitucionais atípicos.
- B) As normas definidoras de direitos fundamentais são consideradas normas de eficácia contida.
- C) Os tratados e convenções internacionais de direitos humanos têm força de emenda constitucional no Brasil.
- D) A Constituição garante a gratuidade das ações de mandado de segurança.

QUESTÃO 25

A Constituição de 1988 fixa normas básicas sobre a remuneração dos servidores públicos. Em relação a essas normas, é correto afirmar que:

- A) A Constituição garante o princípio da isonomia remuneratória dos servidores públicos.
- B) A Constituição permite a acumulação remuneratória do cargo político de vereador com cargo efetivo do servidor se houver compatibilidade horária.
- C) A Constituição permite a vinculação de espécies remuneratórias, desde que previstas em lei.
- D) A Constituição garante o princípio da irredutibilidade material dos vencimentos, segundo a posição do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 26

O controle de constitucionalidade garante a eficácia do Estado de Direito e supremacia da Constituição. Em relação aos instrumentos de controle, é correto afirmar que:

- A) Em regra, não existe a obrigatoriedade do advogado na Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- B) A inconstitucionalidade formal por descumprimento de pressupostos objetivos restringe-se ao descumprimento de regras de competência.
- C) O descumprimento de normas inerentes ao processo legislativo está no plano da materialidade indireta.
- D) Cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade de ato normativo municipal em face da Constituição Federal.

QUESTÃO 27

A Constituição dedicou um capítulo para normatizar sobre as funções essenciais à justiça. Neste contexto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) É função do Ministério Público defender judicialmente interesses das populações indígenas.
- B) Às defensorias públicas é assegurada autonomia funcional e administrativa.
- C) A Constituição exige organização em carreira para Advocacia Pública da União, Estados, DF e Municípios.
- D) O advogado é inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.

QUESTÃO 28

A competência para julgar mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado é do

- A) Supremo Tribunal Federal.
- B) Tribunal Regional Federal.
- C) Juiz federal das Varas do Distrito Federal.
- D) Superior Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 29

Em relação à organização da Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) A lei autoriza a criação de sociedade de economia mista.
- B) Não depende de autorização legislativa a criação de entidades subsidiárias às autarquias.
- C) Somente por lei específica pode-se criar empresa pública.
- D) Lei complementar autoriza a criação de fundação.

QUESTÃO 30

O Poder Legislativo realiza sua função normativa por intermédio do processo legislativo. Em relação à iniciativa legislativa, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) A iniciativa das leis ordinárias é concorrente, em regra.
- B) Iniciativa vinculada é aquela atribuída ao Presidente do STF.
- C) A iniciativa privativa pode ser exclusiva ou reservada.
- D) O vício de iniciativa não pode ser suprido pela sanção.

RRASCLUNHO

